

ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE INSTITUCIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO CAMPUS CAMPINA GRANDE - PB

Kalley Cavalcante Santos da Rocha ¹
Iago Caleb Avelino Silva ²
Elnatan Lins da Costa ³
Franklale Fabian Diniz de Andrade Meira ⁴

RESUMO

Esse trabalho faz parte de um projeto de pesquisa em andamento no IFPB, campus Campina Grande, que busca enfatizar a urgência em modificar adequadamente os acessos e os seus ambientes recém construídos, visando a inclusão das pessoas com deficiência visual na instituição de ensino. O Brasil sempre apresentou graves problemas de infraestrutura para atender às necessidades das pessoas. Destaca-se a importância de revisitar a história do cuidado com a cegueira e os progressos alcançados na empregabilidade das pessoas com deficiência no Brasil, além disso, ressalta-se a relevância da inclusão e da democratização do ensino como pilares fundamentais para alcançar esse objetivo. Na pesquisa de campo realizou-se coletas de dados para identificar as possíveis barreiras físicas, bem como a falta de sinalizações horizontais e verticais adequadas nos ambientes recém construídos que dificultasse a acessibilidade. Dessa forma, os resultados iniciais na implementação da adequação dos ambientes, bem como os seus acessos, de acordo com a Norma ABNT NBR 9050 (2020), têm direcionado de forma mais eficiente as condições de desenvolvimento da sua infraestrutura, proporcionando melhorias para as pessoas com deficiência visual e baixa visão e com isso promovendo a inclusão dessas pessoas na sociedade e no sistema educacional. Com a efetivação desse projeto na instituição, será de grande ajuda e facilitará a locomoção e acessibilidade das pessoas com deficiência por todo campus, dessa maneira dando uma maior liberdade e independência, para que estes também se sintam incluídos e sociabilidades no ambiente.

Palavras-chave: Deficiência visual, Inclusão social, Acessibilidade, Adequação.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a inclusão de pessoas com deficiência em todos os espaços sociais é mais do que uma necessidade, é um direito assegurado por leis e normativas que garantem acessibilidade universal. Em particular, a acessibilidade para pessoas com deficiência visual em instituições de ensino representa um desafio significativo e uma oportunidade para reafirmar o compromisso com uma educação inclusiva e igualitária. Este artigo concentra-se na análise da adequação e do orçamento necessário para adaptar o ambiente do Instituto Federal no Campus Campina Grande – PB.

¹ Graduando no Curso de Tecnologia em Construção de Edifícios do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, Campus Campina Grande, kalley.cavalcante@academico.ifpb.edu.br;

² Graduando no Curso de Tecnologia em Construção de Edifícios do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, Campus Campina Grande, caleb.avelino@academico.ifpb.edu.br;

³ Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, elnatan.costa@ifpb.edu.br;

⁴ Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Prof do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, Campus Campina Grande, franklale.meira@ifpb.edu.br;

Segundo estudos do Censo Demográfico 2010 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população do Brasil é composta por mais de 190 milhões de pessoas, das quais mais de 45 milhões são pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Saliente-se que mais de 23% da população não tem acesso aos edifícios e logradouros públicos/privados, assim como aos meios de transporte coletivo em sua plenitude. Assim, entende-se que este grupo, 23% da população brasileira, sofre limitações não apenas físicas (inerentes à sua deficiência ou redução de mobilidade) como também estruturais, impedindo/limitando o desenvolvimento de suas atividades diárias, como: saúde, lazer, estudo, trabalho e demais.

Estudo se baseia na observação de que, apesar da progressiva legislação sobre acessibilidade, muitas instituições ainda apresentam deficiências substanciais em suas infraestruturas, prejudicando o acesso e a participação plena de estudantes com deficiência visual. A falta de conformidade não apenas compromete a qualidade da educação oferecida, mas também impede que esses estudantes desfrutem de uma experiência acadêmica completa e enriquecedora.

Este estudo tem como objetivo investigar os métodos de inclusão de alunos com deficiência visual no Instituto Federal da Paraíba. O principal propósito deste trabalho é realizar um diagnóstico detalhado da situação atual do ambiente do Instituto Federal no Campus Campina Grande, identificando as principais barreiras arquitetônicas e propondo um plano de ação para sua adequação. Adicionalmente, pretende-se elaborar um orçamento detalhado que considere os custos associados às modificações necessárias para atender às exigências da ABNT NBR 9050 (2020). Por meio dessa análise, busca-se não apenas cumprir com as obrigações legais, mas também promover um ambiente de ensino mais inclusivo e acessível.

METODOLOGIA

A pesquisa envolve a análise dos métodos existentes e a identificação das necessidades remanescentes. Utilizando uma abordagem qualitativa, os resultados serão analisados para desenvolver uma proposta de trabalho inclusiva, garantindo acessibilidade tecnológica para os alunos. Três projetos interligados foram implementados, abrangendo intervenção arquitetônica, sensibilização e capacitação, e acessibilidade digital, conforme as diretrizes da ABNT NBR 9050 (2020). A proposta de trabalho inclusiva será desenvolvida com base nos

princípios da participação ativa dos alunos com deficiência visual, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades consideradas. Isso será realizado por meio de grupos focais e consultas individuais, promovendo um diálogo aberto e inclusivo. Além disso, serão exploradas práticas e tecnologias inovadoras de acessibilidade digital, buscando soluções que vão além do cumprimento das normas, visando à promoção de uma verdadeira igualdade de acesso à educação.

1. IDENTIFICAR BARREIRAS ARQUITETÔNICAS

O procedimento para obtenção desses dados foi através de uma vistoria realizada no IFPB - campus campina Grande, no qual foi analisado todo o ambiente institucional e fotografados os locais identificando-se algum tipo de barreira.

Referem-se às barreiras, os obstáculos físicos ou estruturais que dificultam ou impedem a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, como cadeirantes, idosos, gestantes e pessoas com deficiência física. São elas: Degraus e escadas, portas estreitas, falta de rampas de acesso, banheiros inacessíveis, sinalização inadequada, falta de acessibilidade em espaços públicos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A acessibilidade engloba vários aspectos, como o emprego, a saúde, a educação, a reabilitação e o espaço urbano e edificado, que deve receber as PcDs (pessoas com deficiência) ou PMR (pessoas com mobilidade reduzida) livre de barreiras arquitetônicas e urbanas. (Santos *et al*, 2005)

De acordo com Diez (2010, p.17), a educação inclusiva é um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas. Trata-se de uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a aprendizagem e participação ativa de todo o aluno em contexto educativo comum.

Dessa forma, o contexto de educação inclusiva é garantir o acesso e a qualidade do ambiente escolar a todos os alunos, sem impor limitações. Como mostrado nos pontos a seguir.

1 - DESAFIOS ENFRENTADOS POR DEFICIENTES VISUAIS EM AMBIENTES EDUCACIONAIS

O sistema educacional inclusivo está fundamentado na Constituição Federal 1988, que garante a educação como um direito de todos, e no Decreto N°. 6.949 (2009), que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), assegurando o direito de pleno acesso à educação em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2010, p.1).

O Ministério da Educação (MEC) no seu caderno TV escola (2000, p. 16) diz que “escola é uma das grandes aliadas na luta pela integração”. Neste espaço, as questões relacionadas a preconceitos, mitos e estigmas podem ser debatidas e analisadas por todos: professores, alunos e funcionários”. Enfatiza ainda que, “ao abrir suas portas igualmente para os que enxergam e os que não enxergam, a escola deixa de reproduzir a separação entre deficientes e não deficientes que há na sociedade”, e “ao se tornar um espaço de inclusão, a escola promove trocas enriquecedoras para toda a equipe escolar, incluindo os alunos e suas famílias”.

A educação especial nos itens III, IV e V juntamente com Redação dada pela Emenda Constitucional n° 53, de 2006, discorre: I- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

2 - ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE AMBIENTES

No artigo 8º, parágrafo IX verifica-se que a concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade (Brasil, 2004).

De acordo com Silva (2014), a implantação da educação inclusiva requer a definição de políticas públicas que busquem alterar a organização dos sistemas paralelos de ensino comum e especial, consolidando uma proposta de educação especial integrada ao projeto político pedagógico da escola comum, capaz de contestar as diferentes formas de exclusão e

garantir as condições de acesso, participação e aprendizagem, garantindo, também, um Atendimento Educacional Especializado para este público.

3 - NORMA ABNT 9050 (2020)

A norma ABNT NBR 9050(2020) visa promover a inclusão e a igualdade de acesso a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em diversos ambientes, sejam eles públicos ou privados, incluindo institutos federais. Ela aborda a acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

2.3.1 Sinalização tátil

É composta por informações em relevo, como textos, símbolos e Braille.

2.3.2 Sinalização tátil e visual no piso

Para a sinalização tátil e visual no piso atender ABNT NBR 16537 (2016).

2.3.3 Nas escadas que interligam os diversos pavimentos, inclusive nas de emergência, junto às portas corta-fogo, deve haver sinalização tátil, visual e/ou sonora, informando o número do pavimento. A mesma informação deve ser sinalizada nos corrimãos, conforme 5.4.3. Internamente, locais confinados, como quartos de locais de hospedagem, de hospitais e de instituições públicas e privadas de uso múltiplo ou coletivo, devem conter mapa acessível de rota de fuga da edificação, conforme 5.4.2.

Pessoas com deficiência visual podem se deparar com situações de perigo ou obstáculos. Durante seus deslocamentos, utilizam informações táteis, bengalas de rastreamento ou a sola de seus sapatos. A sinalização tátil no piso é utilizada para auxiliar pessoas com deficiência visual a trafegarem sozinhas. A sinalização deve ser consistente e ter um *layout* simples, lógico e de fácil decodificação, facilitando a movimentação de pessoas com deficiência visual em lugares familiares e o reconhecimento de espaços onde trafegam pela primeira vez (ABNT NBR 9050, 2020).

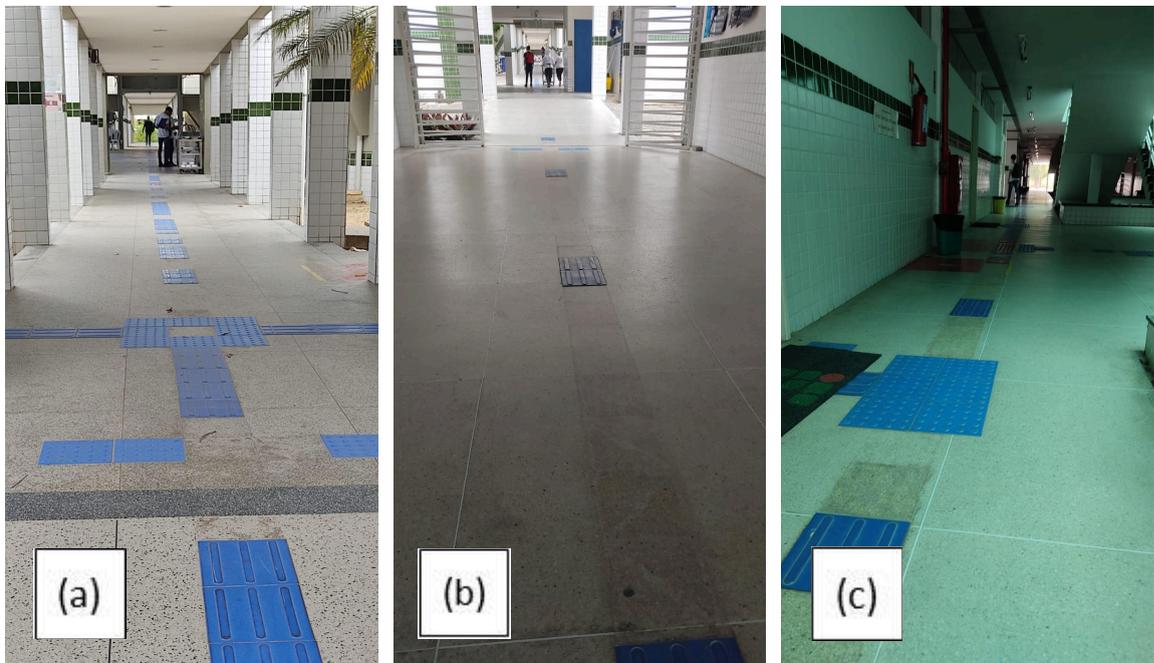
2.3.4 Impacto da acessibilidade na comunidade educacional: Conforme discutido por Silva (2014), a acessibilidade é fundamental porque este precisa se locomover sem barreiras que os

impeçam de passar em lugares públicos ou de ter liberdade de locomoção em ambientes de trabalho e de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As figuras 01 e 02: Exemplos de falta de manutenção preventiva no piso tátil, destacando a necessidade de cuidados regulares para assegurar acessibilidade e segurança.

Figura 01 – Corredor da vivência (a), entrada do bloco de aulas (b), corredor do bloco da salas de aula (c).



Fonte: Autores (2023).

Nestas imagens, observamos áreas onde o piso tátil encontra-se incompleto, possivelmente devido a falhas na manutenção, planejamento insuficiente ou restrições de espaço.

Figura 02 – Piso tátil incompleto do IFPB, campus Campina Grande, área de vivência estudantil.



Fonte: Autores(2023).

A figura 03 apresenta locais com placas em braille, no qual nota-se que em vários ambientes não tem essas placas, causando falta de acessibilidade pelo campus.

Figura 03 – Placas em Braille: Porta do banheiro da recepção (a) e porta de sala do bloco dos professores (b).



Fonte: Autores (2023)

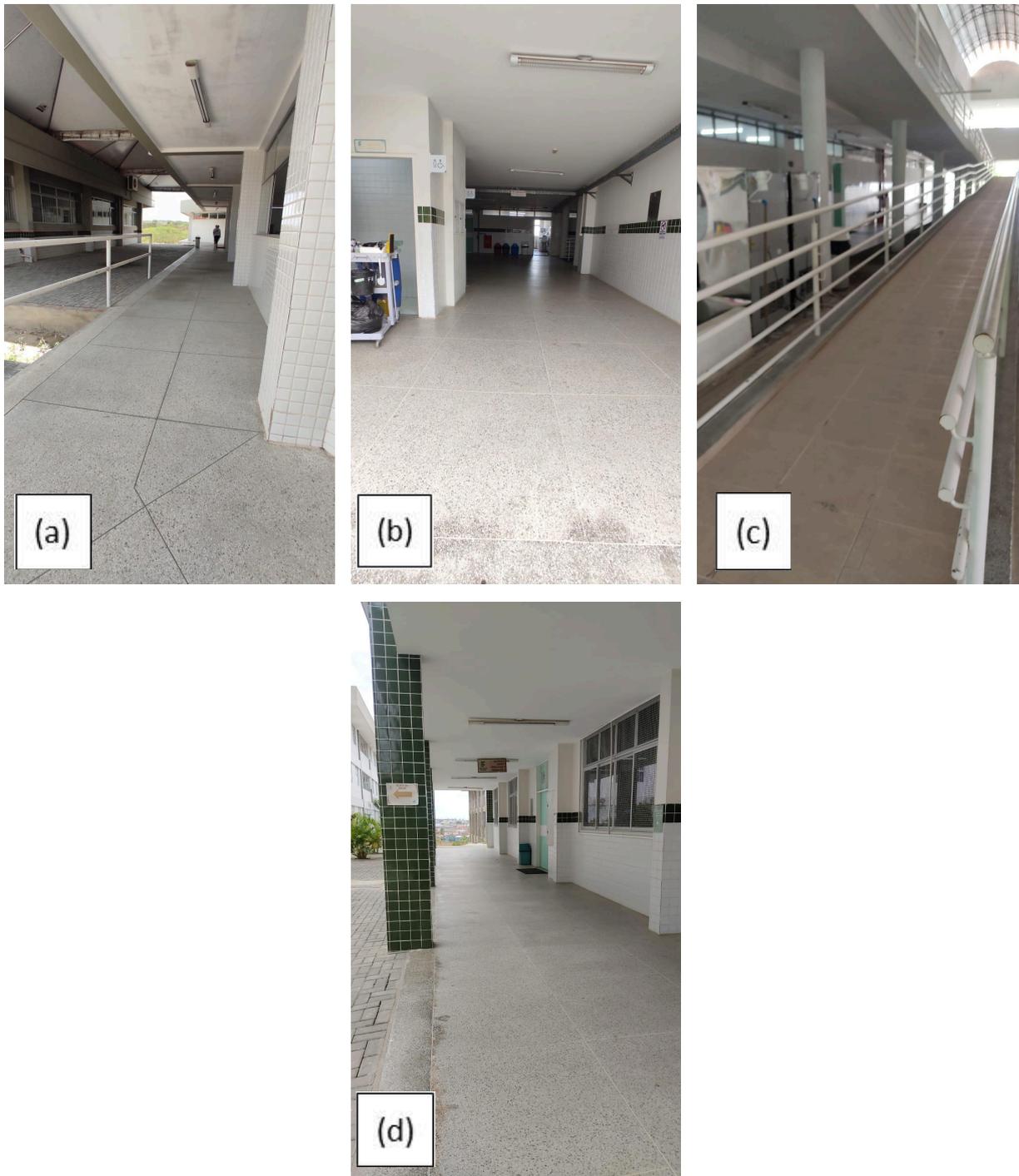
Os locais retratados nas figuras 04 e 05 carecem de piso tátil, possivelmente devido à falta de conscientização sobre acessibilidade, restrições orçamentárias ou dificuldades na implementação de infraestrutura adequada.

Figura 04 - Bloco dos professores (a), Ambiente de lazer dos alunos (b) e Ambiente entre os blocos de aula e professores (c).



Fonte: Autores (2023)

Figura 05 - Corredores do restaurante (a) , bloco dos professores (b), rampa do bloco de aulas (c) e biblioteca (d).



Fonte: Autores (2023)

O resultado destaca uma situação comum, porém problemática, em relação aos obstáculos físicos ou estruturais presentes nas instalações e nos espaços do instituto que podem dificultar ou impedir a acessibilidade de pessoas com deficiências ou mobilidade

reduzida. A promoção da acessibilidade no ambiente educacional é de extrema importância, garantindo que todos os estudantes, funcionários e visitantes possam desfrutar igualmente dos serviços e recursos oferecidos pela instituição.

As barreiras arquitetônicas no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) são elementos físicos ou estruturais presentes nas instalações e espaços da instituição que podem dificultar ou impedir a acessibilidade de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida. Não foram identificadas estruturas específicas que impeçam a mobilidade de pessoas com deficiência visual, e devido à amplitude do IFPB, existe espaço para adaptações. A promoção da acessibilidade no ambiente educacional é de extrema importância, assegurando que todos os estudantes, funcionários e visitantes possam usufruir igualmente dos serviços e recursos oferecidos pela instituição.

A identificação de barreiras arquitetônicas desempenha um papel fundamental na construção de sociedades mais igualitárias, onde o acesso a serviços e oportunidades é um direito universal e onde o design arquitetônico é pensado de forma a atender às necessidades de todos os cidadãos, independentemente de suas condições físicas. Além disso, contribui para o cumprimento de regulamentações e leis que visam garantir a acessibilidade em ambientes construídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração os dados obtidos e o que foi observado, foi visto a necessidade de melhorar a acessibilidade para pessoas com deficiência visual no ambiente do IFPB, campus Campina Grande. Ao longo deste estudo, ficou evidente que a implementação de medidas específicas, como a renovação dos pisos táteis e a instalação de placas em *Braille*, é essencial para garantir um acesso equitativo e inclusivo a todos os membros da comunidade acadêmica.

Além das adaptações físicas, é importante estabelecer políticas de acessibilidade claras, investir em tecnologias assistivas e promover treinamentos de conscientização para toda a comunidade educacional. Essas iniciativas não apenas facilitam a participação e o engajamento dos alunos com deficiência visual, mas também promovem uma cultura de respeito mútuo e inclusão dentro do ambiente institucional.

Essas medidas propostas ao longo do projeto e citadas por autores, não só cumprem com as obrigações legais do if, mas estarão contribuindo com um ambiente mais justo, acolhedor e capacitador para todos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050 – **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 16537 – **Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Os alunos com deficiência Visual: Baixa visão e Cegueira**. Brasília: MEC, 2010, p. 8-26.

BRASIL. **Decreto número 5.296/2004. Art. 8. Parágrafo: IX**. Brasília, 2004.

MORAIS, P. A. **A importância da acessibilidade urbana: condições de acesso às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no centro de Campina Grande-PB**. TCC (Conclusão do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus Campina Grande, Campina Grande, 2022.

SANTOS, *et al.* **Acessibilidade de habitações de interesse social ao cadeirante: um estudo de caso**. Porto Alegre, 2005.

SILVA, G. R. B. **Acessibilidade e mobilidade em espaços usados por portadores de deficiência visual: o caso do entorno do instituto dos cegos - Campina Grande-PB**. Monografia (Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Geografia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

Mosaicos Amazonas. **"Piso Tátil e Sua Importância Para Quem É Deficiente Visual"**.